LUMEN ET VIRTUS
ISSN: 2177-2789

O CURRÍCULO E A FUNÇÃO DOCENTE NA ATUALIDADE

THE CURRICULUM AND THE TEACHING FUNCTION TODAY

EL CURRÍCULO Y LA FUNCIÓN DOCENTE HOY

https://doi.org/10.56238/levv16n49-058

Data de submissão: 19/05/2025 **Data de publicação:** 19/06/2025

Evanda Roza da Silva
Mestre em Ciência, Tecnologia e Educação pela UNIVC-ES (2016-2018); pós-graduada em EPT pelo IFES (2010- 2011); Pós-graduanda em PROEJA (2012-2013); Pós-graduada em Língua Portuguesa (20042005); Professora de Língua Inglesa dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental da rede municipal de Colatina-ES.
E-mail: evanda.rozadasilva@gmail.com

Roseane Caitano da Silva
Doutoranda em Geografia pela PPGG-UFES. Mestre em Ciência, Tecnologia e Educação pela UNIVC-ES (2016-2018); Pós-graduada em EPT pelo IFES (2010- 2011); Pós-graduada em Currículo e Ensino na Educação Básica pelo IFES (2024 – 2025); Supervisora Escolar da rede Estadual do Espírito Santo; Professora de Geografia das séries finais do Ensino Fundamental da rede Estadual do Espírito Santo; Professora das séries iniciais da rede municipal de Cariacica-ES.
E-mail: roseane.silva@edu.es.gov.br

Vitor Martins Graciliano
Mestre em Educação pelo PPGMPE-UFES. Professor e Técnico de Gestão Educacional na SRE Carapina Rede Estadual do Espírito Santo. Currículo
E-mail: vmgraciliano@sedu.es.gov.br
Lattes: https://lattes.cnpq.br/6940715445719882
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-2377-9750

Fledson Silva Faria
Doutorando no PPGPE-UFES. Mestre em Educação pelo PPGPE-UFES. Subgerente na Subgerência de Transporte Escolar (SUTE/GAE/SEDU-ES); Professor da Educação Básica.
E-mail: fsfaria@sedu.es.gov.br
Lattes: http://lattes.cnpq.br/7559315564616766
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-2295-5217

RESUMO
O presente artigo visa debater sobre as dificuldades da função docente diante do currículo atual, provocando uma discussão sobre o aumento dos problemas socioemocionais dos estudantes e professores, analisando os impactos da redução da carga horária de alguns componentes curriculares a serem desenvolvidos concomitante aos programas e projetos institucionais, além de todo o conteúdo programático estabelecido no currículo para cada série do Ensino Médio.

Palavras-chave: Currículo. Formação Docente. Base Nacional Comum Curricular-BNCC.

ABSTRACT
This article aims to debate the difficulties of the teaching role in the face of the current curriculum, provoking a discussion about the increase in socio-emotional problems of students and teachers, analyzing the impacts of reducing the workload of some curricular components to be developed concomitantly with school programmes and projects institutions, in addition to all the programmatic contents established in the curriculum for each grade of high school.

Keywords: Curriculum. Teacher Training. National Common Curricular Base -NCCB

RESUMEN
Este artículo busca analizar las dificultades del rol docente en el marco del currículo actual, incitando a la reflexión sobre el aumento de los problemas socioemocionales en estudiantes y docentes, y analizando el impacto de la reducción de la carga de trabajo de algunos componentes curriculares que se desarrollan simultáneamente con los programas y proyectos institucionales, además de todo el contenido programático establecido en el currículo para cada grado de secundaria.

Palabras clave: Currículo. Formación Docente. Base Curricular Nacional Común (BNCC).

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo visa discutir a importância do currículo e da prática docente voltada para a concretização do Novo Currículo do Espírito Santo mediante às diversas demandas da sociedade no que tange às questões socioemocionais, biopsicológicas frente às necessidades em se apropriar dos conhecimentos relacionados aos 5 princípios da formação humana: ciência, educação, trabalho, cultura e tecnologia. Neste cenário, objetiva discutir essas problemáticas mediante os desafios de como ensinar, preparar jovens para o mercado de trabalho por meio de conhecimentos científicos historicamente acumulados, sem ignorar as questões latentes das necessidades do corpo, da mente e de suas emoções.

Os obstáculos se acumulam quando compreendemos que as exigências por uma prática curricular significativa e aderente são extremamente importantes, porque os resultados dessa aprendizagem guiarão esses jovens nos seus destinos profissionais, em contrapartida, as demandas socioemocionais podem influenciar de forma demasiada o processo de aprendizagem de cada estudante envolvido.

Esse panorama educacional é também afetado pelos profissionais da educação que precisam trabalhar para a garantia dos conhecimentos científicos, mas enfrentam os dilemas da saúde mental que, muitas vezes, se sobrepõem ao desempenho das habilidades cognitivas dos estudantes prejudicando todo o processo de apropriação dos saberes científicos. Tais eventos colocam os professores no divã das questões biopsicológicas de crianças e jovens frente aos desafios e obstáculos de cuidar da totalidade do ser humano no que tange a saúde da mente dos educandos.

1.1 UM BREVE HISTÓRICO

É sabido que a ideia de uma educação de qualidade, democrática e universal sempre foi uma preocupação prioritária da sociedade. Esse ideário foi preestabelecido no artigo 5º da Constituição Brasileira (CF) de 1988, mas antes disso exigiram-se muitas lutas para que esse bem da humanidade fosse contemplado nessa Carta Magna como um compromisso do Estado brasileiro para cada cidadão e cidadã nascituro e residente desse solo tropical. O Plano Nacional de Educação (PNE), conforme estabelecido no artigo 214 da CF/88, emerge como uma dessas lutas, isto é, alicerce de um projeto de educação que fosse possível a sua prática e ficasse evidente a identidade do país. Hoje temos algumas legislações que regulamentam a educação em suas bases e necessidades. Juntamente ao PNE, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 veio dar uma luz a esse ideário do que poderia acontecer no dia a dia da escola. E somente 22 anos depois, tivemos a concretude da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), objeto esse que serviu de base para a construção dos novos currículos dos estados e municípios brasileiros a partir de 2018.

Nessa perspectiva, esses entes federados puderam elaborar um documento nacional unificado, que embasassem o novo projeto educacional com a garantia de políticas educacionais regulamentadas pelas legislações educacionais por meio de decretos, resoluções e portarias vigentes pelos órgãos competentes, denominado, no caso do Estado do Espírito Santo do Currículo Capixaba. Esse novo documento é composto por informações locais específicas de cada espaço geográfico onde essa matriz orientadora será praticada.

Assim, o ano de 2018 foi um divisor de águas na educação no solo brasileiro porque foi o tempo de democratizar a educação com um projeto real de universalizar a educação por meio de uma base comum de conteúdos, que além dos saberes teórico-científicos acumulados historicamente os quais seriam ensinados traziam entrelaçados em sua estrutura uma concepção humanista que visavam forjar uma formação completa dos novos seres humanos, que seriam vivenciados por todas as unidades de ensino mesmo nos mais distantes rincões geográficos do país, com orientações e supervisões já previstas no PNE na busca por melhorias e ajustamentos ao longo das ações vão acontecendo e necessitando de correções de rotas e ressignificação das ações de aprendizagens.

O Novo Ensino Médio debutou com várias incongruências na sua forma, na estrutura e na concepção de aplicação no que se refere às garantias de equidade de oportunidades porque nasceu com uma proposta de revolucionar a educação desses jovens para já com um quadro deficiente de profissionais que iriam executar o grande projeto de mudança. É nesse solo de incertezas que o novo currículo iria ser aplicado e, contraditoriamente, não praticado em todas as unidades de ensino. Esse trabalho situa nessas contradições desses espaços e de tempos de validação dessa Lei que surgiu do ideário da mudança, melhorias e equidade, mas no seu seio intrínseco propunha mais desigualdades e ampliava mais as diferenças geográficas, socioeconômicas, científicas e humanas longe dos ideais propostos pelas próprias legislações já previstas nos artigos da Constituição brasileira de 1988.

2 DAS CONTRADIÇÕES DA FUNÇÃO DOCENTE AO DESAFIO DA APLICABILIDADE DO CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Dentre tantas necessidades de construção de uma educação do porvir, muitos atores da educação, experientes na prática e pesquisa na e da educação, ciência e política; grandes empresários, personalidades representantes da educação da sociedade civil e alguns institutos/ONGs que se voltaram para a produção de um debate convergente que fosse viável a prática de um ensino de qualidade na perspectiva de construir uma formação de cidadãs e de cidadãos plenos e autônomos para o hoje e o amanhã, como também atendesse às demandas de agora sob a égide das tecnologias e humanização de todos os povos.

No entanto, a organização do currículo do ensino médio, visando atender a carga horária da formação geral básica e o itinerário formativos (IF), conforme estabelecido na Lei 13.415 de 16 de

fevereiro de 2017 e Resolução Nº 3, de 21 de novembro de 2018, implicou na redução do quantitativo de horas de determinados componentes curriculares, como Sociologia, Filosofia, História, Geografia, Biologia, Química, dentre outros. De acordo com a proposta de mudança no Ensino Médio, justifica-se essa redução com a oferta do IF, quando o estudante escolheria uma área de conhecimento para realizar seu aprofundamento.

Mas, ao analisar as portarias de chamada pública, documento elaborado e executado pelas secretarias de educação destinada à matrícula, rematrícula e, portanto, distribuição de vagas das redes de ensino, nota-se que um dos critérios para localização na unidade escolar é a proximidade da residência do estudante. Desta maneira, pergunta-se: até onde está sendo garantido o direito de escolha do itinerário formativo e quais serão os impactos no processo de ensino e aprendizagem na vida acadêmica deste discente?

O Professor Bernard Charlot (2010) provoca a reflexão sobre as contradições da profissão docente na contemporaneidade. Entre alguns pontos elencados por ele, destaca-se a atuação docente dentro dos novos cenários em que o professor não possui formação inicial para a execução. De forma mais específica, será abordado aqui a atuação docente a partir da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, documento orientador para construção do currículo para o Novo Ensino Médio, trazendo nova roupagem para a parte diversificada, ou seja, a ministração das disciplinas dos itinerários formativos e componentes curriculares como Eletivas, Projeto de Vida, dentre outras.

Charlot (2010) assegura que com a democratização da educação no Brasil, esse processo proporcionou o aumento da demanda de matrículas nas escolas e por consequência, aumentou a complexidade das situações a serem tratadas nas unidades de ensino. Somado a isso, majorou as fragilidades psíquicas afloradas nos indivíduos adultos e refletidas nas crianças e nos adolescentes.

Como uma das funções da escola é contribuir para a construção de uma sociedade melhor, a BNCC vem com a proposta de promover nos estudantes o desenvolvimento de habilidades com objetivo de fazer entregas positivas na construção de indivíduos emocionalmente mais fortalecidos como o autocuidado, o projeto de vida e demais competências e habilidades que convergem nessa direção. E espera-se que a função docente didática-pedagógica dê conta de resolver esta problemática que é clínica.

Além disso, é relevante ressaltar que a sociedade está doente mediante os últimos dados da Organização Mundial da Saúde (OMS/2024). Segundo essa entidade, 10% da população brasileira sofre com o transtorno de ansiedade, enquanto The Mental State of the World que mapeia a qualidade da saúde mental ao redor do globo com um grupo de 71 países analisados, assinala que “os brasileiros estão entre os que mais relatam sentir estresse e dificuldades com a parte mental de sua saúde. Ao todo, 34% das pessoas no país relatam esses sintomas” (PORTAL TERRA, 2024). Portanto, o professor, como indivíduo inserido nessa sociedade moderna, também está adoecido.

Entende-se aqui que o motivo do enorme quantitativo de afastamentos médicos de professores vêm das causas das doenças socioemocionais e, em casos mais extremos, até suicídios. O país vem ocupando a quarta pior posição da taxa de saúde mental do planeta, com uma performance com a nota 53 de um total de 110 pontos, ficando à frente da África do Sul com a nota 50, Reino Unido com 49 e Uzbequistão com 48 pontos, segundo a Plataforma Neurotech Sapien Labs(2024).

Mediante tal cenário, aplicar o currículo na escola tornou-se um grande desafio para a maioria dos docentes. Dados do INEP de 2022 revelam um perfil da realidade dos professores brasileiros, sendo 2,2 milhões de profissionais atuando na educação básica. Desse total, temos 516.484 docentes lecionando no ensino médio.

Segundo dados do INEP (2023), os professores enfrentam grandes transtornos mentais, distúrbios de voz e violências em suas diversas formas, evidenciando que a precarização do trabalho docente, o adoecimento desses corpos – que são em sua grande maioria mulheres. Em pesquisa feita pelo G1.com de São Paulo, constatou-se que, no primeiro semestre de 2023, cerca de 20.173 profissionais se afastaram do trabalho por problemas mentais no estado de São Paulo. Um crescimento de 15% em relação ao mesmo período de 2022. De acordo com a pesquisa, são 112 professores afastados por dia por conta de problemas de saúde.

Charlot (2010) alerta ainda sobre o quanto é perigosa a visão romantizada e *hollywoodiana* da função docente e enfatiza que há uma contradição da sociedade e até mesmo das universidades em pensar na função docente como professor santo ou herói, supondo a qualidade de extraordinários.

Todo esse enredo culmina no processo de ensino-aprendizagem. Ha vista que o professor na escola passa a maior parte do tempo de aula tratando a indisciplina, os problemas socioemocionais dos estudantes e de suas famílias, fazendo os diversos projetos propostos pelas secretarias, pelas escolas e pela sociedade – uma vez que a função da escola é contribuir para a construção de uma sociedade melhor – e quando sobra tempo, o professor exerce sua função docente voltada para o saber formal correlacionada a sua formação inicial. Aqui não se questiona a importância da tratativa dessas temáticas pela escola, o que se reflexiona é sobre o tempo hábil para sua execução, tende em mente que as avaliações externas são contempladas habilidades e competências de disciplinas específicas, destoando dos princípios preconizados na BNCC sobre o ideário de um ser humano holístico no século XXI.

Há de se observar também, de forma crítica e reflexiva, sobre os impactos da redução drástica da carga horária destinada a alguns componentes curriculares, resultados das mudanças do Novo Ensino Médio aprovados em 2018. Segundo reportagem publicada pela Agência Senado (2024),

> A adoção das novas regras foi feita sem o devido debate e poderia aprofundar desigualdades entre estudantes das redes pública e privada. O novo modelo, segundo especialistas, induz jovens de escolas públicas a cursarem itinerários de qualificação profissional de baixa complexidade e ofertados precariamente, já que muitas escolas não têm infraestrutura adequada. (Agência Senado, 2024).

Sendo assim, mesmo havendo no imaginário das pessoas que o professor seja um ser super-herói que resolveria todos os problemas do mundo, a sociedade culpabiliza os docentes pelo fracasso pedagógico e social, evidenciado nos resultados das provas externas, nas reprovações e abandono ano após ano, uma vez que o aprender do estudante, significa o futuro dele em outras avaliações como Enem, vestibulares e concursos. Do outro lado, o professor transfere a culpa para o que é externo à escola, no que tange a indisciplina dos estudantes, a ausência de interesse nos estudos, a falta de compromisso na realização das tarefas, cansaço devido ao trabalho concomitante com estágios dentre outros afazeres inerentes aos jovens da escola pública.

Fica evidente que tanto a sociedade como o professor (que não é alheio à sociedade onde vive) necessitam potencializar os esforços na busca de uma escola e consequentemente de uma sociedade melhor. Esta ação se torna factível e menos pesarosa se forem desenvolvidas de maneira coletiva, conjunta e parceira. Uma vez que a precarização da escola pública é um projeto que tem objetivos, público-alvo muito bem delineados com o foco na privatização da educação, bem como definhamento da democratização do ensino. Tal evento distanciava o sonho da construção de uma sociedade equitativa.

3 A FORMAÇÃO DOCENTE E A IMPLEMENTAÇÃO DO CURRÍCULO NO NOVO ENSINO MÉDIO NA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO

Para refletirmos sobre o Novo Currículo Capixaba,[1] devemos destacar que a Secretaria Estadual de Educação do Espírito Santo possuía o currículo anterior denominado Currículo Básico Comum – CBC[2] cuja implementação iniciou em 2009. O CBC foi um grande avanço no nível de organização curricular capixaba. Vale ressaltar aqui que, além das escolas estaduais, o Currículo Estadual Capixaba orienta os currículos das escolas privadas, bem como as escolas da rede municipal sem o sistema de ensino próprio, Entende-se por sistema de ensino segundo constitui o entendimento da Resolução Estadual de 2014. Conforme estabelece a Resolução 3.777/2014 do Conselho Estadual de Educação do Estado de Espírito Santo nos artigos 1º e 2º:

[1] CURRICULO DO ESPÍRITO SANTO/ NOVO CURRICULO CAPIXABA: disponível em: https://sedu.es.gov.br/curriculo-do-espirito-santo. Acesso em 20 de junho de 2024.
[2] Currículo Base Comum – CBC: disponível em: https://curriculo.sedu.es.gov.br/curriculo/curriculo-2009. Acesso em 20 de julho de 2024.

> Art. 1º O Sistema de Ensino do Estado do Espírito Santo se caracteriza como conjunto coordenado e colaborativo, formado por instituições vinculadas ao poder público ou à iniciativa privada, e órgãos estaduais de educação, responsáveis pela organização, supervisão e fiscalização dessas instituições.
> Art. 2º As instituições de ensino criadas e mantidas pelo poder público municipal e os órgãos municipais de educação integram também o Sistema de Ensino do Estado, observado o parágrafo segundo do artigo 3º desta Resolução. (Espírito Santo, 2014)

O CBC do ensino fundamental ficou em vigor de 2009 a 2018. Enquanto para o ensino médio, o documento foi utilizado de 2009 a 2019, quando iniciou a transição para a implementação do Novo Currículo, visando atender ao que preconiza o Novo Ensino Médio – Lei nº 13.415/2017. Salienta-se que, em 2019, o currículo começou a ser utilizado em algumas unidades de ensino denominadas escolas-piloto. Nessa regional da Grande Vitória, havia duas unidades de ensino piloto, quando ocorreu o aumento da carga horária discente de 25h para 30h semanais, bem como a inserção dos componentes curriculares na parte diversificada: Projeto de Vida, Eletivas e Estudo Orientado.

Durante o processo de implementação do Novo Currículo Capixaba do Ensino Fundamental, a Secretaria Estadual de Educação (Sedu) elaborou, em 2018, um material formativo que foi distribuído às regionais e a todas as unidades de ensino buscando compartilhar aqueles conhecimentos instrutivos com todos os atores da educação. O processo formativo ocorreu nas próprias escolas, ministrado pelos pedagogos e pedagogas durante o planejamento semanal dos professores, a partir desse material estruturado fornecido pela Sedu, monitorado pela Superintendência Regional de Educação (SRE).

A potencialidade do molde formativo consiste na ampla abrangência de professores e escolas. A fragilidade reside no fato de que, devido à complexidade da temática, alguns formadores possuíam um embasamento teórico restrito, aquém do ideal para ocupar a função de formador de docentes. Logo, tal fato impacta em todo processo formativo daquele grupo de professores dessas unidades, cujos formadores não se apropriaram ainda de um embasamento teórico-científico e das instruções capazes de suprir em respostas a algumas das problemáticas existentes nessas comunidades escolares. Já a formação destinada para o ensino médio se deu por meio das plataformas *on-line*, o que também possui suas incompletudes e deficiências no que tange às conectividades e disponibilidades dos professores para um estudo efetivo e significativo dos conhecimentos ali existentes. Além da impossibilidade das trocas de experiências, ou seja, o aprender com o outro e a construção de conhecimento no coletivo, uma vez que o curso foi autoinstrucional, perdendo a oportunidade de construir um planejamento coletivo dos docentes, inclusive de ações importantes sobre as questões socioemocionais abordadas no texto do novo documento.

Haja vista que dentro das escolas, não é incomum a temática currículo. Para alguns professores, esse documento parece algo distante de sua realidade, como se fosse algo que transita apenas no "campo das ideias", do teórico, da pesquisa de outros profissionais da educação. Sem se apropriar

dessas novas abordagens que esse documento traz consigo, a prática docente não se fundamentaria nas mudanças preconizadas para o novo cenário pedagógico.

Nessa perspectiva, mesmo como o Novo Currículo Capixaba ter sido iniciado desde 2018, não é incomum encontrar professores utilizando o CBC, uma vez que o currículo atual exige um novo olhar sobre os objetos de conhecimento e, portanto, reorganização do planejamento didático-pedagógico de cada componente curricular. Outro ponto de atenção, considerando a atuação docente que impacta no currículo, se manifesta quando se utiliza apenas o livro didático, pois nem sempre este importante recurso didático está alinhado com o currículo destinado ao ano/série. Principalmente com o Novo Ensino Médio, cujas mudanças não foram acompanhadas pelo modelo de conhecimentos historicamente acumulados pelo PNLD.

Em relação às escolas da rede estadual do Espírito Santo, o principal ponto de reflexão sobre a aplicabilidade do currículo está relacionado ao conjunto de programas e projetos que são destinados e desenvolvidos por essas unidades de ensino. Vale destacar aqui que não está como ponto de pauta a relevância ou não desses programas e projetos aplicados. A reflexão se direciona ao tempo docente com o estudante para desenvolver todos esses programas e projetos que estão dentro das diretrizes pedagógicas, como também o que está estabelecido no currículo destinado para aquela série, pois como já mencionado, alguns componentes curriculares sofreram com a redução de até 50% da carga horária ao longo dos três anos do Ensino Médio. Entretanto, não houve redução das habilidades e competências a serem desenvolvidas nesta etapa. Assim sendo, mesmo com a mudança para o Novo Ensino Médio, o conteúdo programático, isto é, as matrizes de referência de descritores das avaliações externas permanecem sem alteração. Uma vez que, além dos conteúdos-base oficiais descritos no Novo Currículo Capixaba, há também uma série de conteúdos inerentes à prática pedagógica diária que não vem listada de forma específica no texto deste documento. Tais impressões/ações didáticas que abrangem comportamentos, relações éticas e interpessoais, contrato didático, orientações de convívio, os quais chamamos de currículo oculto, demandam tempo na rotina pedagógica direta e indiretamente do tempo escolar. Assim, de acordo com SILVA (2003, p.78),

> O currículo oculto é constituído por todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita para aprendizagens sociais relevantes (...) o que se aprende no currículo oculto são fundamentalmente atitudes, comportamentos, valores e orientações... (Silva, 1999).

Ou seja, trata-se das relações sociais entre o mediador da aprendizagem e o estudante, bem como os valores, crenças e atitudes, o que reforça o pensamento de Sacristán (2000), quando assevera que

> “O currículo aparece, assim, como o conjunto de objetivos de aprendizagem selecionados que devem dar lugar à criação de experiências apropriadas que tenham efeitos cumulativos avaliáveis, de modo que se possa manter o sistema numa revisão constante, para que nele se operem as oportunas reacomodações" (Sacristán, 2000).

É exatamente no desenvolvimento do currículo oculto que se nota a sensibilidade docente e humana aflorada, pois se torna possível identificar aspectos humanos dos estudantes não listados no currículo formal. Este fato pode ser exemplificado, quando a escola identifica fragilidade socioeconômica de algum estudante, visando o acolhimento discente e movimentando uma ação solidária.

Diante de tais, fatos fazemos as seguintes ponderações:

- A formação inicial docente tem dado conta da preparação dos professores para desenvolver esses saberes em sala de aula exigidos na BNCC?
- As formações continuadas ofertadas pelas secretarias de educação têm suprido essa fragilidade identificada?
- De que maneira uma categoria profissional adoecida psicologicamente, como a de professores, dará conta de desenvolver as habilidades socioemocionais no estudante?

Tais ponderações precisam fazer parte de uma reflexão sincera e coletiva, ultrapassando os limites de aceitação de que tais fatos existem e partirem para elaborações de ações efetivas que busquem resolver tais problemáticas latentes dentro do sistema educacional. Pois os tempos de planejamento dedicados às questões burocráticas, para além do planejamento das aulas, preenchimento de pautas e infinitas planilhas com informações repetitivas que incidem diretamente na execução do currículo com qualidade. No momento, há apenas a preocupação em fazer, não no fazimento com qualidade dos processos educativos preconizados nos documentos aqui estudados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação moderna consiste no imaginário da sociedade civil como o único meio substancial para uma vida melhor porque traz nesse ideário o sonho da construção de seres humanos melhores. Mas, ao mesmo tempo, existe uma lacuna latente do que está previsto no texto das legislações desde a constituição de 1988 com as ações para a implementação dessas mesmas garantias no dia a dia da sala de aula. De um lado, temos um projeto de ações importantes para a promoção do conhecimento de formação de jovens brasileiros e, do outro, temos as dificuldades de implementação dessas ações educativas devido a um grave estágio das mazelas da saúde mental da sociedade moderna, agravadas durante e pós-pandemia.

Tal estágio do mal estar socioemocional da sociedade civil se espelha dentro da sala de aula provocando complicações no processo ensino-aprendizagem porque esses espaços trazem um recorte dos profissionais da educação doentes, pois fazem parte dessa mesma sociedade e dos estudantes que

estão aprendendo a vivenciar experiências das relações humanas, estão aprendendo a se ver como seres humanos bem como a sua importância na sociedade, a compreender seus desejos e sonhos, mas confusos consigo mesmos e com as próprias questões humanas das quais eles estão inseridos.

Todos esses eventos se realizam na sala de aula, perfazendo, intermediando, entrelaçando as relações interpessoais e da relação direta com a apropriação do conhecimento científico. Ao mesmo tempo que essas ações acontecem, os profissionais da educação possuem um elenco de atribuições, compromissos e exigências relativos às questões cognitivas que precisam ser trabalhadas durante as aulas, ao mesmo tempo que os cuidados com a mente precisam ser preservados. Não bastasse essa realidade educacional nessas questões aqui descritas, existe também um elenco de novas atribuições das quais os professores precisam desempenhar, no entanto, eles não estão preparados profissionalmente para tais tarefas docentes.

A função docente já consiste num papel social envolto e carregado de complexidades, e elas se ampliam mediante ao despreparo dos docentes para algumas ações diferentes daquelas de sua formação inicial, convergindo com o ideário do projeto de uma parcela da sociedade civil, política e do mercado que trabalham insistentemente com a precarização dessa educação que deveria ser além de democrática, universal, pública e de qualidade, deveria se sobretudo humana.

O sonho da precarização e culpabilização docente e a sobrecarga de cunho mercadológico da educação prejudicam as ações reais de uma prática humanista e social ideal para a construção de seres humanos de forma holística. Nesse contexto, a função docente é contradita e confusa porque não se sabe se o trabalho docente se alicerça dentro das dimensões do trabalho, ciência, cultura e tecnologia ou se dedica à resolução dos conflitos humanos insistentes no dia a dia das relações humanas. Uma vez que o tempo da escola se torna um campo minado de ausências de um projeto real e possível mediante às exigências de uma politécnica e multi/polivalência docente sem tempo de planejamento e execução de tais tarefas se perdendo em infinitos itinerários apenas descritos nos capítulos fantasmas do currículo.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Imagens quebradas – trajetórias e tempos de alunos e mestres. Petrópolis: Vozes, 2004 (4ª edição).

ARROYO, Miguel G. “Os educandos, seus direitos e o currículo”. In: MOREIRA, Antonio Flávio e ARROYO, Miguel. Indagações sobre currículo. Brasília: Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, nov. 2006, p.49-81.

SACRISTÁN, J. Gimeno e Gómez, A. I. Perez. O currículo: os conteúdos do ensino ou uma análise prática? Compreender e Transformar o Ensino. Porto Alegre, Armed, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Quem escondeu o currículo oculto. In Documento de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte, Autêntica, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL.

BRASIL. Lei Nº 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 05 julho. 2024.

BRASIL. Lei Nº 11.684: inclui a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Brasília, 2 de junho de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em: 05 julho de 2024.

ESPÍRITO SANTO. Resolução CEE Nº 3.777/2014. Fixa normas para a Educação no Sistema de Ensino do Estado do Espírito Santo, e dá outras providências. Vitória, ES.

Inep. **Dados revelam perfil dos professores brasileiros**. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/dados-revelam-perfil-dos-professores-brasileiros. Acesso em: 10 jul. 2024.

MELO, Zelda. JESUS, Cleber G.1-São Paulo. **112 professores são afastados por dia em SP por problemas de saúde mental; aumento de 15% em 2023**. 2023. Disponível em:https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/09/05/112-professores-sao-afastados-por-dia-em-sp-por-problemas-de-saude-mental-aumento-de-15percent-em-2023.ghtml. Acesso em: 12 jul. 2024.

BRASIL. FUNDACENTRO. **Professores enfrentam transtornos mentais, distúrbios de voz e violência**. Disponível em: https://www.gov.br/fundacentro/pt-br/comunicacao/noticias/noticias/2023/outubro/professores-enfrentam-transtornos-mentais-disturbios-de-voz-e-violencia. Acesso em: 12 jul. 2024.

BRASIL. AGÊNCIA SENADO. **Ensino médio pode passar por nova reforma em 2024**. 2024. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/01/17/ensino -medio-pode-passar-por-nova-reforma-em-2024. Acesso em: 15 jul. 2024.

REGO, Teresa Cristina; BRUNO, Lucia Emilia Nuevo Barreto. **Desafios da educação na contemporaneidade: reflexões de um pesquisador - Entrevista com Bernard Charlot**, Bernd 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/NRxSDs8nX3TPvnqL6W7g7bb/. Acesso em: 12 jul. 2024.

VOGADO, Milena. Terra. **Brasil está entre países com a pior taxa de saúde mental; veja ranking.** Disponível em: https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/saude-mental/brasil-esta-entre-paises-com-a-pior-taxa-de-saude-mental-veja-ranking,b122e21d0802b17999282062d801734033hs75on.html?utm_source=clipboard. Acesso em 19/07/2024.